

**GESTÃO DO PLANEJAMENTO:
ANÁLISE DO PROJETO DE TRANSPOSIÇÃO DO RIO SÃO FRANCISCO NO EIXO
LESTE ENTRE PETROLÂNDIA E FLORESTA – PE.**

Jacques Fernandes Santos

Mestre em Gestão do Desenvolvimento Local Sustentável pela Universidade de Pernambuco – UPE.

Vinícius Silva Santos

Mestre em Educação pela Universidade Federal de Sergipe – UFS.

Fernando Diogo Cruz

Bacharel em Administração pela Faculdade Sete de Setembro – FASETE.

RESUMO

Uma das funções fundamentais da administração é o planejamento. Não obstante, e sem qualquer demérito para as demais funções tais como: organizar, controlar, executar e avaliar. Pois, é no planejamento que os grandes projetos e ações começam a ganhar mente, corpo e forma. O planejamento se torna essencial em todos os setores da economia, e não poderia ser diferente com as instâncias governamentais. O setor Governo, também denominado de 1º setor, ou estado, ou ainda setor público, é aquele onde os orçamentos devem ser rigorosamente direcionados por planejamentos que preveem a correta execução das ações, com vistas à economia de tempo, bom uso dos recursos, menor impacto geográfico e urbano, dando em maior brevidade possível o retorno social esperado, sejam em obras, projetos, emendas, etc. Assim, este trabalho abordará uma análise dos impactos sofridos pelas cidades citadas durante a execução da 1ª etapa no eixo Leste – Oeste da transposição, verificando os principais fatores agregadores e desagregadores, e como o Governo se posicionou, planejou e executou seu planejamento, de forma a evitar ou impedir que prejuízos sociais pudessem ser causados à população.

Palavras-chaves: Transposição, Planejamento Estratégico, Impacto Social.

ABSTRACT

One of the key functions of management is planning. Nevertheless, and without any demerit for the other functions such as: organize, control, execute and evaluate. For it is in planning that great projects and actions begin to gain in mind, body and form. Planning becomes essential in all sectors of the economy, and could not be different with government instances. The Government sector, also called the 1st sector, or state, or even the public sector, is one where budgets must be rigorously directed by plans that foresee the correct execution of actions, with a view to saving time, good use of resources, Geographic and urban impact, giving as soon as possible the expected social return, whether in works, projects, amendments, etc. Thus, this work will analyze the impacts of the cities mentioned during the execution of the 1st stage in the East - West axis of the transposition, checking the main aggregating and disintegrating factors, and how the Government has positioned itself, planned and executed its planning, To prevent or prevent social harm from being caused to the population.

Keywords: Transposition, Strategic Planning, Social Impact.

INTRODUÇÃO

Planejar se consolida como além de uma tarefa, a base que dá alicerce para toda a área de administração. Cobra (2003) verifica que para poder existir discernimento entre o que é um simples Gestor (Diretor, Coordenador, Gerente) e um administrador, de fato, é o planejamento.

Las Casas (1998) caracteriza o planejamento como a vertente indutora das boas ações de gestão, e capacita o profissional a desenvolver uma lógica de atividades que tem como objetivo primordial, o bom resultado, a boa prática, o foco, e por fim, os lucros.

Paralelamente, é empírico afirmar que no Brasil existe uma deficiência congênita e enraizada do mau uso dos recursos públicos, e um dos principais protagonistas deste fato é o Planejamento. Em 2012 a Organização Mundial do Comércio – OMC, em estudo, colocou o Brasil na lista dos cinco países que

pior executam planejamentos de obras públicas, com vistas á excelente otimização de recursos. Em 2006, o Governo Federal coloca em pauta e aprova o Projeto de Transposição do Rio São Francisco com o objetivo de levar água para comunidades isoladas dos estados de Pernambuco, Paraíba, Ceará e Rio Grande do Norte.

Com o início da execução das obras, em 2007, a perspectiva de finalização inicial era o ano de 2012, já prorrogada três vezes, agora, a obra está prevista para finalização entre 2015 e 2016. Durante a execução do projeto, várias cidades do entorno do rio São Francisco, foram envolvidas na chamada zona Impactante, ou seja, aquela em que, diretamente, os municípios são afetados pelos fatores de execução de uma obra como esta, principalmente nos aspectos sociais e na economia.

Com isso, os municípios de Petrolândia e Floresta, localizados em Pernambuco, foram também um dos que serviram de base para as equipes do projeto, gerando intensa movimentação econômica e alteração de quadros de investimentos em ambas as cidades. Partindo do princípio do Planejamento, todos os impactos e ações no entorno devem ser provisionados, tendo em vista a meta de reduzir, ao máximo, transtornos e outros aspectos que possam ser levados a estas comunidades.

Com o advento do maior controle e fiscalização das obras e projetos públicos pelo Ministério Público e Conselho Nacional de Justiça, o governo em todos seus níveis (Federal, Estadual e Municipal) buscou adotar uma série de medidas para atender plenamente a demanda de planejamento e projetos de obras com transparência e brevidade.

1 PLANEJAMENTO NA ADMINISTRAÇÃO

Um dos assuntos mais abordados na administração se refere ao planejamento que por sua vez, define um bom desempenho de um administrador em qualquer uma de suas funções, sejam elas: gerente, gestor, coordenador, diretor entre outros. É por meio deste que torna o administrador eficiente em suas ações.

Todo processo administrativo se inicia com o planejamento. Por ele, se define os objetivos, as políticas, normas, estatutos, métodos para seu alcance, sendo um forte aliado, quando utilizado adequadamente, direciona a empresa numa trajetória de sobreviver nas mudanças do mercado. (CHIAVENATO,1999)

Segundo Cobra (2003) todo administrador deve saber conduzir com os diferentes tipos de planejamento, eles situam dentro da organização em todos os níveis, sendo eles: estratégico, permeando a empresa como um todo; tático, que este inserido em cada unidade e o operacional, contido em cada operação.

Considerado a função principal da administração, sua necessidade permanece na interpretação dos objetivos da empresa, não limitado, mas em condições de interferências, é acompanhado constantemente por um processo contínuo de esta adequada ao uso, quando somente for executá-lo. O planejamento visa a direção da empresa por sua flexibilidade e precisão. (KOTLER,1998)

Em um breve histórico Kwasnicka (2004) informa que a necessidade de planejar surgiu na década de 60 conforme havia a ansiedade de mostrar resultados ao mercado e saber qual o nível de atuação de como estariam competindo. Então buscou definir quais eram os objetivos centrais organizacionais, e isso fundamentou um marco histórico nas teorias da administração.

Um planejamento bem elaborado dificilmente é refeito ou modificado, por isso, que ao mencionar planos estabelecidos da empresa, ela deve ter propósitos e direcionamento nas atividades, para que então possa controlar eficientemente os processos. (LAS CASAS, 2002)

Todas as teorias da administração tratavam o planejamento como primordial em sua devida importância. Muitas delas derivaram de uma sequência a ser cumprida conforme estabelecia em sua época, ordem e formato. Foi por meio desses estudos que alguns teóricos revisaram o conceito de planejamento e conseguiram adaptar a realidade e com isso, detalharam que para que fosse executada qualquer tarefa ou função, o planejamento seria a base de qualquer operação, tornando-se essencial. (CHIAVENATO, 2004)

Alguns teóricos, a exemplo de Conte (1997) tinham em mente que o primeiro passo para administrar seria o elemento de prever, e isso não seria a atribuição de um administrador que pretende exercer as funções administrativas. Pois, a tarefa de um administrador é interpretar os objetivos da organização e transformá-la em uma ação pautada por meio do planejamento.

Algumas contribuições do planejamento fizeram alguns teóricos a desenvolverem ferramentas indispensáveis na administração. Em um breve resumo, pode-se observar que a análise *SWOT*, conceitos de alianças estratégicas, os estudos de planejamento estratégico de Porter, 5S, plano de ação, *Just in Time*, *benchmarking* entre outros, têm seu fundamento no planejamento. Que por sua vez, define parâmetros a serem alcançados pela organização. (BALLOU, 1993).

No pensamento de Arantes (1998) visto que o planejamento não elimina os riscos da empresa, evidentemente ela ajuda no auxílio de mapear problemas e falhas no processo produtivo e evitar danos à empresa. Sua função permite orientação nos procedimentos administrativos e define metas a serem alcançadas, definindo os objetivos, decidindo tarefas a serem realizadas adequadamente e quais recursos utilizar da melhor forma possível. Quanto às definições de metas detalhadas pelo planejamento é vista como um estado desejado a um futuro que se pretende alcançar, elas são importantes porque existem para que uma finalidade seja cumprida e essas metas mostram como é proposta pelo planejamento. Vale a pena ressaltar que plano é um esquema para o cumprimento dessas metas. (COBRA, 2003)

Chiavenato (1998) todo o processo de planejamento começa na descrição de missão onde determinam quais são os meios a atingir e como ela será trabalhada da melhor forma, onde cada planejamento sustenta outros planos e metas contido na empresa. Não sendo alterada e modificada, ela deve ser analisada criteriosamente conforme é proposta. É no plano que estão especificamente toda a abordagem de conter recursos necessários, programas, ações e tarefas a serem realizadas. A meta descreve um futuro e o plano incorpora os meios. Por isso, que no planejamento ela define os objetivos e aprimora toda as análises de metas e alcance de planos em toda a sua extensão para executá-la eficazmente.

Uma vez elaborado o planejamento, ele deve ser flexível às mudanças externas e adaptativas aos procedimentos internos da empresa. Quanto a sua flexibilidade como citada acima, ela deve ser acompanhado no seu implante passando pelas outras ferramentas administrativas, tais como organização, controle, coordenação e então avaliação; para que seja eficiente em seu uso. E no meio interno da empresa adaptativa concedendo forma de alcance nos objetivos. (KWASNICKA, 1995).

Estas forças externas denominadas de incontroláveis modificam o ambiente interno da empresa alterando alguns procedimentos, por isso, que um administrador deve conhecer essas forças para que no planejamento não venha a ser alterado ou atingido por elas. (COBRA, 2003)

Para Daft (1999) o planejamento deve ser elaborado pela alta cúpula da empresa formada por executivos, CEO, presidentes, donos e consultores. Eles permeiam por onde a empresa deve trilhar um caminho promissor e como será procedida a missão que a empresa estabelece como primordial. Então cada plano, meta e objetivo a ser alcançado terão, por necessidade, estar incluso no planejamento que o nível estratégico elaborou. E então, executar avaliando todo o seu procedimento.

Maximiano (2004) apresenta o planejamento como resultado de atitudes favoráveis aos acontecimentos de outras mudanças que venham a acontecer. Nesse sentido, o mundo corporativo passara por constantes mudanças em seu meio será atingido ou modificado. E nesse sentido que o planejamento deve ser visto como ferramenta essencial a seu uso, tornando-se capaz de sobreviver às mudanças e favorecendo toda a organização ao caminho desejado conforme está no planejamento.

Para que esse planejamento seja bem elaborado, ela passara por processos contendo informações relevantes que permeiam os objetivos, as análises de interpretação de dados transformados em conhecimento para aprimora-los, alternativas que intensificam os planos e os métodos de controles para auxiliar na tomada de decisão (MAXIMIANO, 2004)

Ainda segundo seu pensamento, nenhuma organização é livre de sofrer alterações em seu ambiente interno e externo, por motivos diversos de mudanças. Mesmo que tenha elaborado um planejamento muito seguro em suas ações, ela se modificara constantemente devido ser parte essencial de sobrevivência no mercado. Então cabe ao gestor, analisar criteriosamente toda a sua dimensão e direcionando conforme o planejado. (MAXIMIANO, 2004)

Quando for executar todo o procedimento no planejamento, a direção da empresa deve propor ações de melhorias para que todos os envolvidos estejam envolvidos e cientes de que nesse processo, o uso de informações deve ser pertinente, e então ser avaliado constantemente para direcionar corretamente as tarefas a serem feitas. Cada procedimento deve ser pensado e revisto, onde cada integrante da empresa possa ser responsável pelas partes envolvidas. (KWASNICKA, 1995)

Para Vergara (2004), a sociologia de gestão política explica que o processo de corrupção é diretamente ligado ao processo de má gestão e planejamento, ou seja, é por conta da existência de brechas, causadas pela falta de planejamento e cumprimento de normas e prazos, que se abre um canal para que ocorra a corrupção e desvio de verbas.

2 DESENVOLVIMENTO DE PLANEJAMENTO PÚBLICO

O planejamento enquanto instrumento de política econômica é relativamente recente. Mindlin (2001) afirma que no Brasil, o planejamento é fruto de um acúmulo de experiências iniciado nos anos 1930 sob o governo Getúlio Vargas (1930-1945) devido em que na época o país transitava do Estado patrimonialista, sob ótica na prevalência do modelo exportador para novos agentes políticos e sociais. Assim como ascendia um modelo de desenvolvimento baseado na industrialização e nas importações.

Sousa (2011) menciona que a primeira experiência foi o plano especial de obras públicas e aparelhamento da defesa nacional, no período entre 1939 a 1945. Obtendo muitos resultados positivos. Entre eles: a prospecção de petróleo, a expansão das ferrovias, companhia siderúrgica nacional, fábrica acional de motores, entre outras projeções.

Outro grande marco se estabelece no programa de metas no governo Juscelino Kubitschek (1956-1960) devido avançar no estabelecimento de metas, na coordenação nacional da ação estatal, setores prioritários e na articulação entre Estado, iniciativa privada e capital internacional. O programa atingiu cerca de 70% das metas estabelecidas. Com os resultados positivos veio a construção de Brasília deslocando o eixo de desenvolvimento do litoral para o centro e também com a indústria automobilística na região sudeste. O lado negativo pertence ao endividamento externo (SOUSA, 2011).

O autor Ianni (1991) apresenta o planejamento que até então, estava fortemente referido à ideia de desenvolvimento econômico como industrialização e emancipação econômica nacional, passando para uma perspectiva de industrialização associada ao capital internacional. O Plano trienal de desenvolvimento econômico e social emerge no governo João Goulart (1961-1963), assumindo a

renúncia de Jânio Quadros, em um cenário com mobilização social a favor de reformas e de reação conservadora. Embora, havia o agravamento da inflação e dos desequilíbrios econômicos setoriais e regionais.

Almeida (2006) relata que o plano de ação econômica do governo no período de 1964 a 1966, época de ditadura, elaborado sob a gestão do marechal Castello Branco (1964-1967), concentrou-se no combate progressivo ou gradual da inflação. Os planos passaram a ter uma visão concentrada ao longo prazo. É o caso do Plano decenal de desenvolvimento econômico e social, que estabeleceu diretrizes da política de desenvolvimento conduzida pelo governo federal.

Os PPAs divergentes dos PNDs na ditadura militar não teve força para direcionar o Brasil a um projeto de desenvolvimento devido ser submetidos aos imperativos da política econômica voltada para a estabilização. O primeiro PPA ocorrido entre 1991-1995, elaborado sob o governo Fernando Collor cumpriu somente a determinação constitucional. Os PPAs seguintes, elaborados sob os dois mandatos de Fernando Henrique configuraram a ideia de desenvolvimento, porém ficaram esmaecidos diante do processo de privatização. Mesmo com restrições os PPAs, teve participação de técnicos convidados e de consultas às unidades federativas por intermédio das secretarias do planejamento (ALMEIDA, 2006).

Conforme o pensamento de Sousa (2011), suas palavras remota a ideia em que o governo está condicionado ao desenvolvimento com progresso de forma articulada e intencionada no crescimento social, econômico, sustentável e interligados com outros atributos que favoreçam o desenvolvimento.

O desafio parte da constatação de que o Brasil é um país desigual e bastante diversificado com inúmeras potencialidades considerado com um crescimento favorável a sustentabilidade ambiental, inclusão social, na redução de todas as desigualdades, e a inserção internacional soberana (GARCIA, 2009).

3 PLANEJAMENTO E POLÍTICAS PÚBLICAS

As políticas públicas são frutos de lutas sociais históricas nos quesitos onde os recursos escassos para sua implantação possibilita somente a democratização dos processos na construção dos planos estaduais correspondentes ao desenvolvimento de curto tempo para desenvolver as ações planejadas que muitas vezes são esquecidas (SOUSA, 2011).

Almeida (2004) mostra que o Brasil entre os anos 40 e 70 do século passado teve uma experiência razoável no quesito de planejamento governamental. O Estado brasileiro empreendeu ao longo de cinco ou seis décadas várias tentativas de planejamento para o futuro e de organização do processo de desenvolvimento econômico. Embora que atualmente integrada ao processo de ação governamental, sobretudo a partir da criação em 1964 do ministério de planejamento e coordenação geral, seus planejamentos de execução terá que envolver as políticas públicas para o bem social.

Oliveira (2005) aponta que no Brasil especialmente em nível federal, o planejamento ainda na sua totalidade é visto como tecnicista dominada por economistas e pensamentos burocratas. Um dos fatores que leva a ocorrer falhas nos resultados de políticas públicas pertence a dissociação entre a elaboração e implementação no processo de planejamento de acordo com algumas visões da prática conceituais. Quanto a capacidade técnica de destinar o planejamento para com as políticas públicas é questionada como um quesito nos países em desenvolvimento (SOUSA, 2011).

Depois de vários planos para ocorrer a estabilização econômica entre as décadas entre 80 e 90, pode-se considerar um quinto período na história do planejamento governamental no Brasil, marcado pela determinação da Constituição de 1988, no real sentido de serem implementados planos plurianuais como forma de balizar a alocação de gastos públicos no decorrer de um prazo maior que é permitido

pela execução orçamentária em bases anuais (ALMEIDA, 2004).

No que refere como processo de planejamento de políticas públicas associado em atividades de elaborar planos envolvendo tomada de decisões políticas, reuniões para discussão técnicas, mapas detalhados, modelos matemáticos, cenários econômicos, legislação e distribuição de responsabilidades, considera-se gerar um plano de políticas públicas. A literatura de prover políticas públicas foi tardia em ter que reconhecer a devida importância. A implementação no processo de planejamento de políticas públicas tinham um viés da tradicional ciências políticas, tendo um foco de análise nos processos administrativos ou legislativos do Executivo (OLIVEIRA, 2005).

Galper (1986) relata que o governo brasileiro defende a descentralização para conceber como um modo de aumentar a eficiência dos gastos, pois, isso se aproxima problemas e gestão e faz aumentar a interação, no nível local, dos recursos públicos e não-governamentais para que haja o financiamento das atividades sociais. Em favor da descentralização se efetiva no argumento de que o deslocamento dos serviços públicos para o setor privado lucrativo deveria aliviar a crise fiscal.

4 PANORAMA DO PROJETO “TRANSPOSIÇÃO DO RIO SÃO FRANCISCO”

Os agravantes da estiagem que houve no nordeste no século XVIII entre os anos de 1777 a 1779 chamou atenção da corte imperial. Em 1820 D. João VI sentiu a necessidade de abrir um canal que ligasse o rio São Francisco para o Jaguaribe (FERREIRA, 2012).

Um dos marcos histórico sobre a preocupação da seca durante o governo imperial, Caúla e Moura em (2006 *apud* SILVA, 2011) menciona que as ideias de solucionar as secas, surgiram com as providências políticas que marcaram o ano de 1831 na época da Regência Trina que autorizava a abertura de profundos poços artesianos.

Segundo Castro (2011) a primeira vez que a transposição do São Francisco foi aventada, situou em 1847, quando o engenheiro e deputado do estado do Ceará, apresentou ao imperador Dom Pedro II a ideia de transpor a água com o objetivo de amenizar os problemas da seca.

O engenheiro Marcos de Macedo que defende ao parlamento e também ao imperador Pedro II que não obteve apoio. Na oportunidade Dom Pedro II contrata o engenheiro austríaco Henrique Halfeld para estudos mais detalhados e propor uma solução (SILVA, 2011).

Castro (2011) informa que ideia foi mais uma vez foi mencionada no decorrer do Segundo Reinado (1840-1889), quando em 1856 uma comissão científica, chefiado pelo engenheiro e físico Guilherme Schuch de Capanema (Barão de Capanema), encarregado de estudar o problema agravante da seca, recomendou a abertura de um canal que ligasse os rios São Francisco à Jaguaribe. Após três anos, em 1859 foi concluído os estudos e então arquivado.

Era uma época de difícil concentração na proposta em que todo o empreendimento houvesse força tecnológica para a ousada obra e passasse a ser executado para amenizar a tragédia que ocorreu no último quartel na indicativa de solucionar a morte de dois milhões de habitantes nordestinos. Essas medidas mitigadoras puderam envolver todos os esforços de estudos para minimizar mais o agravante (LIMA, 2004).

Mais uma vez, a ideia de transpor a água veio a discursão por outro engenheiro cearense chamado Tristão Franklin Alencar em 1886, que também foi esquecida. A partir de 1889, a transposição seria lembrada diversas vezes. Uma delas em 1909, pela inspetoria de técnicos de obras contra a seca (IOCS), elaborou um plano esquemático de ligar os dois rios. No Ano de 1919, o projeto foi reconsiderado por outro órgão denominado de IFOCS- Inspetoria Federal de Obras Contra as Secas, que também foi arquivado por não conter apoio e tecnologia suficiente (CASTRO, 2011).

Para o autor Castro (2011) na gestão de Getúlio Vargas, a transposição ficou em pauta com a criação do DNOCS- Departamento Nacional de Obras Contra as Secas, que não deu sequência. Em 1993, outro marco histórico no governo de Itamar Franco propôs a construção de um canal na cidade de Cabrobó-PE com o objetivo de retirar 150 metros cúbicos de água para beneficiar os estados do Ceará e Rio Grande do Norte.

Silva (2011) informa que em 1994, anunciada a intenção de executar a obra, o parecer do Tribunal de Contas da União (TCU) enviou um parecer contrário ao projeto que não aprovou o projeto devido a previsão de gastos, bem como não obteve apoio do ministério da agricultura por não fazer parte do planejamento da administração federal e isso, evidenciou mais uma vez aos anteriores: arquivamento do projeto.

Castro (2011) relata que no mandato do presidente Fernando Henrique em 1995, novas versões foram debatidas para evidenciar a execução da obra em que foram propostos ao MI (Ministério da Integração) e a Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco (CODEVASF), que por divergências técnicas dos dois órgãos não deram sequência ao andamento do projeto.

Viana e Burstyn (2006) informa que em abril de 2001, o governo federal ordenou a realização de audiências públicas em Salvador e em Juazeiro na Bahia para discutir o Projeto, porém não chegaram a acontecer. Em junho do mesmo ano, foi realizado o primeiro grande evento de oposição ao Projeto, o “Seminário Rio São Francisco – questão de vida ou morte”. No âmbito da esfera federal, o governo mobilizou os demais estados favoráveis por meio da assinatura do Pacto Federativo ou Política dos Governadores.

A discussão da obra começa a ter direção quando o presidente Luís Inácio Lula da Silva em seu primeiro mandato incumbiu o projeto junto ao ministro da integração para executar a obra para transpor a água. Revisada, revista e anunciada em março de 2003. O projeto situa num empreendimento do MI, para assegurar água em 2025 e beneficiar cerca de 12 milhões na região semiárida nos estados de Pernambuco, Ceará, Paraíba e Rio Grande do Norte. Seu nome oficial é Projeto de Integração do Rio São Francisco com as Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional (CASTRO, 2011).

Comitê de Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco (CBH-SF) terminou a elaboração do seu Plano de Bacia. Nas segunda e terceira plenárias do CBH-SF, decidiu-se pela priorização da revitalização. O Plano decenal foi aprovado em julho de 2004. Embora, um único ponto não foi acordado: a proposta de transposição do “velho chico” Em agosto, a ANA (agência nacional das águas) publicou a Nota Técnica nº 492/2004/SOC. Nela, está garantida a disponibilidade hídrica para a transposição, diminuiu a vazão firme de água a ser transposta e renomeou o Projeto. (VIANA E BURSTYN, 2006).

Ao endossar o projeto regido pelo PAC (Programa de Aceleração do Crescimento) é enviado ao Congresso Nacional o plano de investimento do governo anexado do PPA (Projeto Plurianual). Para reforço do projeto o vice Presidente assume a responsabilidade de coordenação e articulações. Que no contexto social e político o projeto denominado de Projeto de Integração do Rio São Francisco com as Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional foi aprovado em janeiro de 2005 pelo conselho de recursos hídricos (SILVA, 2011).

Como o CBH-SF não concordou com a nota técnica, o plano foi encaminhado para discussão e aprovação no Conselho Nacional de Recursos Hídricos (CNRH) no mesmo dia, provocando forte reação da oposição ao Projeto. Em 17 de janeiro de 2005, ocorre em Brasília a reunião do CNRH que discutiu a Nota Técnica da ANA e aprovou o Projeto de Integração. A obtenção da Licença Prévia (LP) concedida pelo IBAMA ocorreu em maio de 2005 (VIANA E BURSTYN, 2006).

Silva (2011) O referido projeto incorporado ao PAC recebe o aval do IBAMA (Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis) em março de 2007 é expedida a licença de instalação das obras. Quanto a sua justificativa o MI destaca dois argumentos que consiste em primeiro a região possui apenas 3% da disponibilidade e abriga 28% da população brasileira, uma vez em que o Rio São Francisco representa 70% da oferta regional. E segundo há uma discrepância nas densidades demográficas no semiárido nordestino diante da divisão em relação à população que situa próximo ao rio (CASTRO, 2011).

Dessa forma, dividido a esses dois motivos a bacia hidrográfica apresenta abundância de água onde prevê a construção de dois canais. Um deles no eixo norte, que levará para os sertões do Pernambuco, Ceará, Paraíba e Rio Grande do Norte e o eixo leste que beneficiará partes do sertão e agreste pernambucano e da Paraíba (CASTRO, 2011).

Oliveira (2006) demonstra que na configuração política do governo Lula possivelmente a reconstrução do poder baseado na ideia de “união nacional” duas matrizes estabelecem essa ascensão. A primeira pertence à “financeirização” que articula financiamento externo cujo lucro depende de operações com títulos do governo e segundo situa em provenientes do setor de exportações com expansão rápida do capital.

Quanto ao eixo leste, sua captação está situada no lago de Itaparica no município de Floresta-PE, onde percorrerá cerca de 220 quilômetros até o rio Paraíba. Transferindo água das bacias do Pajeú, Moxotó e da região agreste do Pernambuco até a Paraíba. A justificativa para o projeto de transposição assenta-se sobre a garantia hídrica para o abastecimento humano e animal na região receptora (CASTRO, 2011).

Ferreira (2012) mostra que o eixo leste deveria ser parte considerável em todo o projeto por ser dependente dessa água. Mas não ocorreu devido que todos os atributos a obra deriva de argumentos antigos e visa projeções para atender grandes latifundiários e empresários agrícolas em seus interesses. E nesta perspectiva aumentaria o polo fruticultor e atenderia o mercado europeu para obter avanço financeiro.

Quanto as unidades de análises situam a área de influência direta (AID) e a área de influência indireta (AII) para que ocorra melhores estudos no meio ambiente decorrente do empreendimento executado. Também foi realizado um estudo do impacto ambiental (EIA) e o (Rima) relatório de impacto ambiental contendo 44 quesitos negativos e positivos (CASTRO, 2011).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo foi realizado entre os meses de dezembro de 2012 a junho de 2013. O EIA/RIMA consiste em análises de impacto ambiental expresso no estudo que acarretará o meio ambiente. Alguns diagnósticos intensificam melhores abordagens de uma série de procedimentos de estudos técnicos elaborados pelos responsáveis do relatório contendo 44 impactos divididos em 23 de maior relevância, onde 11 situam como positivos e 12 como negativos. Mas a avaliação não enfatizou o meio social, antropológico, patrimônio cultural e de subsídios da população da área afetada pelo empreendimento.

O MI aponta que os benefícios para desenvolvimento econômico nos estados vulneráveis a seca. O custo a fazer a integração entre as bacias é menor do que não fazer. E os 4,5 bilhões para a realização da obra equivalem ao período de estiagem para gastos de emergência.

Há um argumento legal 9433/97 referindo-se em que o rio no âmbito federal sirva de equidade no desenvolvimento econômico como um direito de dividir as águas e por ela servir de mercadoria para negociar e vender a um valor significativamente baixo. Com a proposta de ser financiado pelo BNDS (Banco de Desenvolvimento econômico), para que o Exército brasileiro inicie o projeto. Também há

indícios de venda da CHESF para tentativa de financiamento.

O projeto tem gerado grande mobilização social em todo o aspecto e formas de expressão entre as opiniões e expectativas, sendo estas apresentadas em argumentos de reportagens, matérias científicas, questionamentos e debates. Para as áreas receptoras há estimativa de empregos diretos e indiretos, retorno de atividades agrícolas e até aumento de renda; na área doadora há insegurança, incertezas de atividades e manifestações para reivindicações.

Os defensores do projeto apontam três argumentos: primeiro que a obra é indispensável para resolver a situação de milhares de habitantes; segundo, que a retirada de 3% não afetaria a utilização e terceiro que o custo da obra é baixo em relação à economia do combate à seca. Castro (2011) mostra que os opositores da obra da transposição do rio estão agrupados em organizações não governamentais (ONG's), representantes da sociedade civil, artistas, segmentos de igrejas, estudiosos intelectuais, senadores e representantes dos governos dos estados de Alagoas, Bahia, Minas Gerais e Sergipe.

Acreditam os promotores do projeto que a obra da transposição constitui uma prática de responsabilidade social, gerando diretamente cerca de 5 mil empregos na sua execução e após a conclusão 180 mil empregos no entorno da área rural que evitara aglomeração de centros urbanos e reformas agrárias. Em contrapartida o projeto de transposição do rio vem caracterizado como desenvolvimentista devido conter taxa elevada de crescimento econômico e populacional. Contribuindo a irrigação para centros urbanos e indústria de lugares desenvolvidos.

Um dos grandes críticos ao projeto, o professor Ab'Saber expressa sua opinião informando que a região sertaneja possui dificuldades em atendimento social e que para atender ao desenvolvimento de uma agricultura irrigada no semiárido não se trata de investimento, pois todo o envolvimento requer análises criteriosas sobre especulações, críticas contundente, valorização de terras, desapropriação de terras férteis, reforma agrária justa e empreguismo.

Em análises mais detalhadas e criteriosas cada construção das cisternas é de aproximadamente baixo se comparado aos 4,5 bilhões em que o projeto de transposição foi destinado. Sendo que esse valor aplicado ao sistema de implantação das cisternas possivelmente construiria 3 milhões de cisternas.

Quanto ao quesito de geração de empregos e renda durante a implantação é natural que a obra atraia um elevado número de trabalhadores, principalmente local. Medidas mitigadoras para o período posterior à conclusão das obras visto pelas experiências de construção no qual surgem alojamentos, formação de agrupamentos humanos que muitas vezes, sem as condições humanas obrigatórias. Há uma previsão de 5000 empregos diretos no que condiz no mínimo, um contingente de 10 mil pessoas, mesmo com a contratação de mão-de-obra local.

Todo o planejamento dos projetos que estão por volta do rio São Francisco tem seu desenvolvimento na força de órgãos de diversas camadas. Entre elas CHESF, EMBRAPA (Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária), CODEVASF e o DNOCS; que este último passou a ser gerido pelo ministério da integração. Também é pertinente mencionar que algumas atividades foram propostas da antiga SUDENE e que a transposição do rio está sendo vista por secretarias federais e representantes políticos.

Em todo o empreendimento há cerca de 14 canteiros de obras estão previstos, entre elas: Floresta e Petrolândia. É uma demonstração territorial, somente na fase de implantação das obras. Dentre as medidas propostas, a ser monitorada envolve também os governos locais de implementar medidas de gestão junto aos governos estaduais beneficiados, procurando atender todos. Medidas propostas no estudo devem ser levadas a sério como: divulgar as oportunidades de emprego para os moradores locais; recomendar às empreiteiras que contratem ao máximo a mão-de-obra local durante a construção; discutir e divulgar os critérios para aquisição de terras e realocação de pessoas.

REFERÊNCIAS

- AB´SABER, A. **A transposição de águas do São Francisco**: análise crítica. In: revista USP, São Paulo, n 70, junho/agosto 2006.
- ALMEIDA, P. R. **A experiência brasileira em planejamento econômico**: uma síntese histórica. In: giacomoni, j.; pagnussat, j. L. (org.). Planejamento e orçamento governamental: coletânea. Brasília: enap, 2006.
- ALTOUNIAN, C, S. **Obras públicas**: Licitação, contratação, fiscalização e utilização, 1º ed., Belo Horizonte, In: Fórum, 2007.
- ANDRADE, R, M T. **Da Transposição das Águas do Rio São Francisco à Revitalização da Bacia**: as várias visões de um Rio. Report Internacional Rivers Network, Rios Vivos e Fórum de Defesa do Rio São Francisco, São Paulo, Brazil, 2002.
- BARROS, A, J, S; LEHFELD, N, A,S. **Fundamentos de metodologia científica**. 3º Ed. Pearson. São Paulo 2007.
- CAMPOS, E, B; MACIEL, C A, B. **Conselhos Paritários**: o enigma da participação e da gestão democrática, in: Revista Serviço Social e Sociedade nº 55. São Paulo: Cortez, 1997.
- CASTRO, C, N. **Transposição do Rio São Francisco**: Análise de oportunidade do projeto. IPEA. Rio de Janeiro. 2011.
- CAÚLA, BLEINE, Q; MOURA, Graziela, B. **Aspectos ambientais e jurídicos da transposição do Rio São Francisco**. In: III Encontro da ANPPAS- 23 de Maio de 2006.
- CHIAVENATO, I. SAPIRO A. **Planejamento estratégico**: Fundamentos e aplicações. Elsevier. Rio de Janeiro 2003.
- COBRA, Marcos. **Administração de marketing no Brasil**. 1º Ed. Editora e marketing Brasil. São Paulo. 2003.
- DAFT, R, I. **Administração**. 4 Ed. LTC Editora. 1999. Rio de Janeiro.
- GALPER, J. **Política Social e Trabalho Social**. São Paulo: Cortez, 1986.
- GARCIA, C. **Alguns desafios ao desenvolvimento do brasil**. Brasília: ipea, 2009 (texto para discussão, n. 1373).
- HADDAD, P, R. **Participação, justiça social e planejamento**. Rio de Janeiro. Zahar, 1980
- HITT, Michael, A. IRELAND, R, D. HOSHISSON, R, E. **Administração estratégica**. Ed Thompson. São Paulo. 2005.
- IANNI, O. **Estado e planejamento econômico no brasil**: 1930-1970. Rio de janeiro: civilização brasileira, 1991.
- IPEA. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. **Planejamento e Políticas Públicas**. Brasília. 1989.
- KWASNICKA, E, L. **Introdução a Administração**. 6 Ed. Editora Atlas. 2004.

LAKATOS, E, M; MARCONI, M, A. **Fundamentos de metodologia científica**. 4º Ed. Atlas. São Paulo. 2011.

LAS CASAS, A, L. **Administração de marketing: Conceitos, Planejamento e aplicações a realidade brasileira**. 1º Ed. 8 reimpr. São Paulo. Atlas. 2014.

LIMA, L, C. **Além das águas, a discussão do nordeste do rio são Francisco**. In: Revista do Departamento de Geografia. N° 17. 2005.

MINDLIN, B. (org.). **Planejamento no brasil**. São Paulo: perspectiva, 2001.

OLIVEIRA, D, P, R. **Estratégia empresarial e vantagem competitiva: Com estabelecer, implementar e avaliar**. 4 Ed. Atlas. São Paulo. 2005.

PARENTE, J. **Varejo no Brasil: Gestão e estratégia**. 1 Ed. Atlas. São Paulo. 2000.

PRESTES, M L, M. **A Pesquisa e a construção do conhecimento científico**. 1º Ed. São Paulo. Editora Respel.

RIBEIRO, G. L. **Poder, redes e ideologia no campo do desenvolvimento**. Novos estudos cebrap, são paulo, n. 80, p. 109-125, jan./abr. 2008.

RUIZ, J, A. **Metodologia científica: guia para eficiência nos estudos**. 6º Ed. Atlas. São Paulo 2011.

SAYÃO, A, B, M. **Planejamento de Obras Públicas: Orientações**. ENAOP. Secretaria de Aviação Civil da Presidência da Republica. Tocantins, 2012.

SEVERINO, A, J. **Metodologia do trabalho científico**. 23 Ed. Cortez Editora São Paulo. 2007.

SILVA, A, C, A, B. **A Transposição das águas do rio são Francisco: Interesses e conflitos**. In: XI Conlab. Salvador 07 a 10 de agosto de 2011.

SOUSA, J, U, P. **Alguns desafios ao planejamento e desenvolvimento do maranhão, brasil: Contexto histórico, obstáculos e estratégias de superação**. PPP, n 37. Jul/Dez. 2011.

VIANA, C F, G. **Conflitos socioambientais do Projeto de Integração do Rio São Francisco**. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Sustentável). UNB/CDS. 2005.

VIEIRA, E, T; SANTOS, J. **Desenvolvimento Econômico Regional – Uma revisão histórica e teórica**. In: Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional. v. 8, n. 2, 2012.